



## Interações argumentativas na CNN

### A proibição do uso do celular nas escolas brasileiras

**Mariana Santos Reis**

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC),  
Brasil

orcid.org/0009-0006-3645-0427

**Eduardo Lopes Piris**

Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC),  
Brasil

orcid.org/0000-0003-3718-8126

Este artigo apresenta uma análise das interações argumentativas em um debate acerca da proibição do uso de celulares em escolas brasileiras, disponibilizado pelo canal CNN Brasil na plataforma do YouTube. A análise volta-se a interações argumentativas coproduzidas a partir de posicionamentos divergentes em relação à referida controvérsia. A análise focaliza: (i) a construção dos argumentos, (ii) os papéis desempenhados pelos participantes da interação e (iii) as dinâmicas entre os posicionamentos diante da controvérsia. O artigo resulta de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório e fundamenta-se na perspectiva interacional da argumentação. Recorre ao modelo de análise do texto argumentativo de Padilla et al. (2011), para compreender suas dimensões sócio-histórica (nível pragmático), lógico-discursiva (nível global) e linguístico-enunciativa (nível local). Espera-se, com esta pesquisa, contribuir para a compreensão das características das interações argumentativas.

**Palavras-chave:** Argumentação. Interação argumentativa. Debate televisivo. Proibição de celulares.

#### **Interacciones argumentativas en la CNN: prohibición del uso del móvil en las escuelas brasileñas**

Este artículo presenta un análisis de las interacciones argumentativas en un debate sobre la prohibición del uso de teléfonos móviles en las escuelas brasileñas, puesto a disposición por CNN Brasil en la plataforma YouTube. El análisis se centra en las interacciones argumentativas coproducidas desde posiciones divergentes en relación con esta polémica. El análisis se centra en: (i) la construcción de los argumentos, (ii) los papeles desempeñados por los participantes en la interacción y (iii) la dinámica entre las posiciones sobre la controversia. El artículo es el resultado de una investigación cualitativa exploratoria y se basa en la perspectiva interaccional de la argumentación. Utiliza el modelo de análisis de textos argumentativos (Padilla et al., 2011) para comprender sus dimensiones sociohistórica (nivel pragmático), lógico-discursiva (nivel global) y lingüístico-enunciativa (nivel local). Se espera que esta investigación contribuya a comprender las características de las interacciones argumentativas.

**Palabras clave:** Argumentación. Interacción argumentativa. Debate televisivo. Prohibición de los teléfonos móviles.

#### **Argumentative interactions on CNN: the ban on mobile phone use in Brazilian schools**

This article presents an analysis of argumentative interactions in a debate about the ban on cell phone use in Brazilian schools, made available by CNN Brasil on YouTube. The analysis focuses on argumentative interactions co-produced from divergent positions in relation to the controversy. The analysis focuses on: (i) the construction of arguments, (ii) the roles played by the participants in the interaction, and (iii) the dynamics between the positions taken on the controversy. The article is the result of exploratory qualitative research and is based on the interactional perspective of argumentation. It uses the argumentative text analysis model of Padilla et al. (2011) to understand its socio-historical (pragmatic level), logical-discursive (global level), and linguistic-enunciative (local level) dimensions. This research aims to contribute to the understanding of the characteristics of argumentative interactions.

**Keywords:** Argumentation. Argumentative interaction. Television debate. Banning mobile phones.

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise da interação argumentativa no debate sobre a proibição do uso do celular em escolas no Brasil, disponibilizado no YouTube pela plataforma de conteúdos e notícias da CNN Brasil. Partimos do interesse em compreender como as interações argumentativas têm se desenvolvido a partir da circulação da temática que tem sido debatida por especialistas ou não, nas redes sociais, em artigos de opinião publicados em jornais e outros veículos midiáticos. O debate analisado precedeu o sancionamento da Lei 15.100 de 13 de janeiro de 2025, que proíbe o uso de aparelhos eletrônicos em todos os níveis da educação básica, sendo permitido em sala de aula apenas para fins pedagógicos ou didáticos, conforme orientações dos profissionais da educação.

A pesquisa apresentada refere-se a uma investigação de natureza qualitativa/interpretativa, de cunho exploratório, que mobiliza procedimentos bibliográficos, documentais e de estudo de caso (Gil, 2008). A partir disso, buscamos descrever e analisar o documento de fonte primária, vídeo publicado no YouTube, para interpretar as informações e dados observados, para que assim possamos ampliar os conhecimentos sobre as discussões acerca da controvérsia da proibição do uso do celular nas escolas brasileiras e da própria dinâmica das interações argumentativas.

Enquanto marco teórico, assumimos a perspectiva interacional da argumentação de Plantin (2008) e Grácio (2011) e, para o percurso do exame da argumentação, mobilizamos o modelo de análise de Padilla, Douglas e López (2011), além de recorrer à argumentação prática (Gonçalves-Segundo, 2025) para a identificação dos raciocínios e das teses centrais do debate. O corpus da pesquisa é constituído de textos coproduzidos nas interações argumentativas acerca da controvérsia analisada, neste caso, a análise do vídeo se divide em três turnos argumentativos conforme a própria organização da dinâmica do debate.

Os turnos argumentativos aqui apresentados podem ser compreendidos a partir do que Rui Grácio propõe no Vocabulário de Argumentação<sup>1</sup> como “turnos de palavra”. Tratam-se das contribuições dos participantes na interação, que pressupõem um determinado grau de interdependência entre os interlocutores. Em alguns contextos, os turnos de fala ocorrem de forma espontânea. No caso do

---

<sup>1</sup> Disponível em: [ruigracio.com/VCA/TurnosPalav.htm](http://ruigracio.com/VCA/TurnosPalav.htm). Acesso em: 06 nov 2025.

debate televisivo que estamos analisando, porém, há a presença de um mediador responsável por conduzir a discussão e controlar a distribuição dos turnos entre os participantes. No vídeo da CNN, o mediador desempenha essa função tanto ao formular perguntas quanto ao direcioná-las aos debatedores, garantindo que ambos tenham o mesmo tempo para responder às questões propostas.

Pretendemos, portanto, com esta pesquisa, compreender os contextos sócio-históricos que formam as interações argumentativas sobre a controvérsia; analisar a construção dos argumentos nas suas dimensões pragmática, global e local e explorar as características que compõem a dinâmica dessas interações argumentativas, considerando principalmente (i) a construção dos argumentos, (ii) os papéis desempenhados pelo participantes da interação, (iii) as dinâmicas entre a oposição dos discursos diante da controvérsia. Como resultado, esperamos apresentar as análises realizadas de modo a explicitar os elementos que compõem a interação argumentativa e seus desdobramentos no debate acerca da controvérsia da proibição do uso do celular nas escolas.

## 1 Procedimentos teórico-metodológicos

O trabalho, inscrito na pesquisa de natureza qualitativa e de cunho exploratório, realizou-se por meio de procedimentos técnicos bibliográficos, documentais e de estudo de caso. Com base em Gil (2008), situamos nossa pesquisa conforme sua natureza (qualitativa), seu tipo (exploratório), seu procedimento (documental) e seu escopo (estudo de caso).

Para a análise, mobilizamos o modelo de Padilla, Douglas e López (2011) para explorar as interações argumentativas e delimitamos o corpus com base na seleção de interações argumentativas coproduzidas a partir de posicionamentos opostos/divergentes a respeito da controvérsia sobre a proibição do uso do celular por estudantes das escolas brasileiras, e compartilhada via canal do YouTube da CNN Brasil com o título “Debate: Governo deve proibir celulares nas escolas?” A análise organiza-se em três dimensões, ou níveis conforme propõem Padilla, Douglas e López (2011), que se inter-relacionam: o nível pragmático, pelo qual observamos o contexto sócio-histórico da controvérsia e sua situação comunicativa, o nível global que engloba os temas recorrentes (topoi) e as estruturas argumentativas e o nível local com os marcadores linguísticos e enunciativos da argumentação.

Além disso, o estudo prioriza a interpretação e a compreensão das dinâmicas interacionais, alinhando-se a uma perspectiva interpretativa que busca capturar as nuances do discurso em seu ambiente natural. Métodos quantitativos, como a contagem de likes ou a frequência de palavras-chave, seriam insuficientes para apreender as camadas pragmáticas da argumentação, tais como as intenções implícitas, as falácias argumentativas ou as estratégias retóricas utilizadas pelos debatedores. A abordagem qualitativa, por outro lado, permite uma análise mais fina das relações dialógicas estabelecidas entre os participantes, revelando como os argumentos são construídos, contestados e reformulados ao longo da interação.

Os procedimentos metodológicos adotados – análise documental, estudo de caso e caráter exploratório – reforçam a pertinência da escolha pela pesquisa qualitativa. O vídeo analisado constitui um registro de interações argumentativas, demandando uma análise discursiva detalhada. Por se tratar de um estudo de caso focado em um debate específico, a abordagem qualitativa privilegia a profundidade analítica em detrimento de generalizações amplas. Além disso, o caráter exploratório da pesquisa é especialmente relevante diante de uma controvérsia recente, como a promulgação da Lei 15.100/2025, ao permitir mapear argumentos emergentes sem os restringir a categorias pré-definidas. A base teórica da pesquisa, fundamentada na perspectiva interacional da argumentação (Plantin, 2008; Grácio, 2011) e no modelo de análise de Padilla, Douglas e López (2011), exige uma abordagem contextualizada dos discursos, o que só é plenamente viável por meio de métodos qualitativos.

Dito isto, para a realização da pesquisa, selecionamos o vídeo pela relevância social da temática, já que a mesma envolve questões que relacionam a escola e a problematização do uso do celular entre crianças e jovens. Além disso, partimos também do interesse em compreender os desdobramentos da controvérsia, os posicionamentos de diferentes segmentos e sujeitos, desde professores até especialistas na área da saúde, por exemplo, o que nos mostra como a controvérsia envolve diferentes segmentos da sociedade. Para isso, buscamos responder à pergunta: como os contextos sócio-históricos e os papéis dos participantes influenciam a dinâmica argumentativa no debate sobre o uso de celulares em escolas?

Após a escolha do vídeo, tratamos de transformá-lo em documento a ser utilizado nas análises. Assim, foi feita sua transcrição, a fim de observar os diferentes elementos impressos na língua, como os argumentos utilizados. O vídeo também fez parte do processo de análise, para além das transcrições, já que existem elementos

extralinguísticos, como expressões faciais ou entonação, que dificilmente podem ser transcritos. O corpus está organizado em três turnos argumentativos. Após o seu tratamento, foram realizadas as análises considerando os três níveis de análise (pragmático, local e global), de Padilla, Douglas e López (2011). As análises serão apresentadas como resultados da pesquisa na seção seguinte.

## 2 Resultados de análise dos dados

Para iniciar as análises, é importante frisar o que são os papéis actanciais, conforme Plantin (2008), que se referem aos papéis que os participantes podem assumir numa situação de interação argumentativa. Nesta perspectiva, a argumentação é considerada uma situação tripolar, envolvendo três papéis principais: o proponente é o papel daquele que apresenta uma proposição ou um discurso de proposição; o oponente é o papel daquele que apresenta um contra-discurso, manifestando oposição à proposição do proponente e o terceiro, papel definido pela dúvida ou pelo questionamento. Os papéis actanciais são exercidos pelos atores da interação (sujeitos) que podem ora desempenhar um papel, ora outro a depender de como se colocam na interação argumentativa. O proponente, por exemplo, pode em algum momento exercer o papel do terceiro, questionando o oponente, recorrendo a uma subquestão, ou seja, apresentando outra questão para além da questão argumentativa que no caso do debate analisado é: governo deve proibir uso dos celulares nas escolas? Assim, observamos os papéis desempenhados pelos participantes da interação e os efeitos desses posicionamentos na interação argumentativa.

### 2.1 Análise do nível pragmático

Trataremos aqui dos aspectos que compõem o nível pragmático: uma situação potencial, uma situação atualizada e um contexto polêmico. A situação potencial é o lugar institucional que rege os gêneros do discurso e codifica as leis, os princípios e os valores dessa instituição, que, neste caso, trata-se da CNN Brasil, local que proporcionou o debate. No caso do vídeo, diferindo do debate face a face é o fato de se tratar de um debate que ocorreu virtualmente, mas, ainda assim, de maneira síncrona, ou seja, em tempo real com os participantes da interação (mediador, debatedores e público). Considerar o local institucional é importante, pois nos leva a pensar sobre como a dinâmica ocorre nesse ambiente. No caso do debate da CNN,

temos um debate organizado e monitorado por um mediador, que direciona as questões e controla os turnos de fala dos participantes.

A situação atualizada refere-se à situação particular (em um dado espaço-tempo) e os respectivos participantes (o orador, mas também o público) investidos com seus papéis e suas expectativas, em relação ao problema específico que diz respeito a essa situação definida. O debate em questão foi publicado no dia 27 de setembro de 2024, no canal do YouTube CNN Brasil. Os participantes da interação são o mediador Leandro Magalhães e os debatedores, sendo eles o reitor do Centro Universitário do Instituto de Educação Superior de Brasília, Luiz Cláudio Costa, e o pós-doutor e PhD em neurociências, Fabiano de Abreu. Os participantes debateram durante o CNN Arena, a eficácia do projeto do Ministério da Educação que pretende proibir o uso de aparelhos celulares nas escolas.

O contexto polêmico refere-se a uma base de discordância que separa os participantes e define os parâmetros de uma discussão. No entanto, deve-se notar que, para as discussões avançarem, é necessária uma base de acordo, isto é, um mínimo de valores, crenças ou dados compartilhados (premissas) que garantam o desenvolvimento de uma troca argumentativa, que neste caso, envolvem a controvérsia acerca da proibição do uso dos celulares nas escolas brasileiras. Por um lado, o reitor defende que o uso dos celulares não deve ser proibido, já que a escola poderia fazer o trabalho de ensinar e orientar os estudantes a utilizarem os aparelhos eletrônicos, visando benefícios no aprendizado e formação da cidadania. Já o PhD em neurociências acredita que o uso deve, sim, ser proibido nas escolas, pois o uso dessa tecnologia pode levar a malefícios à saúde de crianças e jovens. Dito isto, partiremos agora para a análise dos próximos níveis.

## 2.2 Análise do nível global e local

### 2.2.1 Primeiro turno argumentativo

As análises desses níveis serão apresentadas simultaneamente, por julgarmos mais produtivo reunir os aspectos dos dois níveis e apresentá-los conjuntamente, já que as análises já estarão divididas pelos turnos do debate. Iniciaremos, então, pelo primeiro turno:

**Mediador** - o'o” E para debater sobre esse assunto tão polêmico, estão conosco hoje aqui no Arena, o reitor do Centro Universitário do Instituto de Educação

Superior de Brasília e gerente de projetos do Ministério de Educação, Luiz Cláudio Lima Costa, e também o pós-doutor e PhD em neurociências, Fabiano de Abreu. Aos dois eu agradeço pela presença aqui no Arena, pela disponibilidade em falar conosco. Senhores, a proposta do Ministério da Educação é boa? Adolescentes não devem utilizar o celular em sala de aula? Professor Luiz Cláudio.

**Luiz Claudio** - 0'38" Primeiro que a mensagem é equivocada, nós falamos que é proibido utilizar celular, nós estamos dizendo que o celular é uma ferramenta ruim, porque se proíbe aquilo que é ruim. Na realidade, o celular é uma ferramenta excelente pra várias coisas na nossa vida e nós sabemos disso. A questão que se tem é como seu usa o celular, o que que nós devemos orientar? A pesquisa que deve ser feita não é a escola que usa o celular versus a que não usa o celular. É a escola que usa o celular adequadamente quanto aquela que não usa, porque a escola que usa o celular adequadamente vai fornecer cidadania digital, vai falar o que que é bullying, vai falar da necessidade da socialização. Nós vimos como o celular foi tão importante na época da pandemia, reduziu danos, fez uma série de coisas. Ele é importante para a aprendizagem. Os estudos científicos da maioria das pesquisas realizadas a partir de 2018, não mostram diferenças entre escolas que usa e que proíbe o celular. O que nós precisamos fazer com urgência, e isso é importante mesmo, é você fazer o celular ser usado adequadamente, na hora correta. O que se percebe nessa pesquisa, é uma pesquisa boa, interessante, traz o assunto para a discussão, é que se nós estivermos em uma sala de aula e tiver as mensagens ativadas, todo mundo vai sentir evidentemente a distração naquele momento, esse é um uso inadequado do celular, mas isso não implica que nós devemos proibi-lo, porque ele é extremamente importante pra nós sabermos da cidadania digital, pra nós falarmos do bullying, pra nós falarmos da economia da atenção. Quer dizer, nós precisamos formar esses jovens dessa forma. A mensagem seria incoerente porque nós estamos dizendo que é algo ruim, o que não é, e mais, eles vão ver todo mundo utilizando o celular, não é? Nas suas casas, na sociedade. Então nós precisamos fazer o uso adequado do celular, com metodologias perfeitas, claro, proibindo os excessos, mas é importante, nós estamos em uma sociedade de avanços científicos fantásticos da tecnologia. Os jovens que usam tecnologia têm vantagens sobre os jovens que não usam tecnologia, a forma que deve ser discutida e não a proibição do instrumento.

**Mediador** - 2'46" Senhores pra gente equilibrar o debate cada um terá direito a dois minutos na resposta, pode ser? Professor Fabiano, e aí, há um equívoco ou não?

**Fabiano de Abreu** - 2'55 " Antes tarde do nunca, então eu gosto dessa decisão, até porque aqui na Europa, na França tem a proibição e trouxe resultado. Estudos científicos já comprovaram que o uso deveria ser de duas horas por dia. Então você já usa em casa, você já vai completar as duas horas de uso em casa, não tem necessidade de usar na escola. E a gente tá tendo um problema muito mais urgente no Brasil, porque o Brasil é o país mais ansioso do mundo, são dados da OMS, e é um dos maiores consumidores de rede social de celular do mundo. Então tem que tomar medidas mais drásticas no Brasil, porque é relativo às estatísticas do próprio país e temos que analisar que, o córtex pré-frontal, a região do cérebro relacionado à coerência, à lógica, à prevenção, ela termina de se formar, a

depende do indivíduo, até os trinta anos de idade. Então uma criança, um jovem, ele não vai se conter, ele vai acabar entrando na rede social, claro a depender do indivíduo, da genética, mas a maioria vai acabar se rendendo à rede social. Então como é que vai controlar isso? Levando em consideração que os próprios pais também acabam incentivando, então a escola serve como a segunda opção de educação e deve sim não permitir o uso de celular.

No primeiro turno argumentativo já apareceram diversos elementos a serem analisados. Partiremos da fala do mediador do debate, que introduz a pergunta: “Senhores, a proposta do Ministério da Educação é boa? Adolescentes não devem utilizar o celular em sala de aula?”, direcionando-a a Luiz Cláudio. O reitor, além de considerar a mensagem “equivocada”, reconstrói a pergunta ao atuar como terceiro participante, propondo uma nova reflexão: “A questão que se tem é como se usa o celular, o que devemos orientar?”. A partir disso, ele apresenta exemplos de como o uso do celular pode contribuir para a cidadania digital, fomentando discussões sobre temas como bullying e economia da atenção.

Para ele, a questão não é a proibição do celular, mas o seu uso. Assim, o reitor constrói um raciocínio prático a partir de um argumento por consequências negativas, ou seja, um tipo de raciocínio argumentativo que avalia uma ação, um acontecimento ou uma regra com base nas suas consequências favoráveis ou desfavoráveis. Neste caso, a proposta do ministério da educação refere-se à proibição do uso dos celulares nas escolas, o que o reitor avalia como negativo.

Para ilustrar o raciocínio, reproduzimos, no Quadro 1, o esquema argumentativo elaborado por Gonçalves-Segundo (2025):

Quadro 1 - Esquema argumentativo pragmático (por consequências negativas)

Premissa de causa e efeito	Se o curso de ação <i>a</i> for tomado, então o efeito <i>b</i> ocorrerá.
Premissa de valor	O efeito <i>b</i> é um resultado indesejável.
Garantia (presunção de malefício)	Se um efeito é indesejável, então, não se deve provocar o evento que o causa.
Tese prescritiva	O curso de ação <i>a</i> não deve ser tomado.

Fonte: Gonçalves-Segundo (2025, p. 187)

A partir deste esquema, remontamos o raciocínio argumentativo prático elaborado pelo reitor Luiz Cláudio no Quadro 2.

## Quadro 2- Esquema argumentativo pragmático instanciado no argumento do reitor Luiz Cláudio.

Argumento “Proibir celular é negar aprendizado digital ao estudante”	
Premissa de causa e efeito	Se o uso do celular for proibido nas escolas, então não haverá possibilidade dos alunos aprenderem a utilizá-lo de forma adequada (discutir cidadania digital, debater sobre ética digital, redes sociais, bullying etc)
Premissa de valor	Privar o acesso à tecnologia/aprendizado sobre o uso adequado do celular é indesejável.
Garantia (presunção de malefício)	Se a privação do acesso à tecnologia/aprendizado sobre o uso adequado do celular é indesejável, então o celular não deve ser proibido.
Tese prescritiva	O uso do celular nas escolas não deve ser proibido.

Fonte: Elaboração própria (com base em Gonçalves-Segundo, 2025).

A essência deste esquema argumentativo reside na transferência do valor das consequências para a sua causa. Se um efeito é positivo, a sua causa também é vista como positiva; se o efeito é negativo, a causa é igualmente considerada negativa (Gonçalves-Segundo, 2025). Assim, quando esse raciocínio se manifesta no argumento do reitor, o efeito é considerado negativo, já que privar os estudantes ao acesso à tecnologia seria também privá-los do acesso ao aprendizado (formação cidadã, discussões sobre temas que circulam nas escolas, o processo de conscientizar-se acerca dessas problemáticas e utilizar a tecnologia de modo a explorar seus pontos positivos) o que é indesejável e, portanto, o uso de celulares nas escolas não deve ser proibido.

Essa tese prescritiva compõe uma argumentação prática, uma modalidade de racionalidade argumentativa que se foca em processos decisórios sobre o que fazer diante de um cenário problemático. A argumentação prática difere da argumentação epistêmica, pois, enquanto a primeira trata das teses prescritivas, as quais são essencialmente, propostas de ação vinculadas à solução de um problema, a argumentação epistêmica volta-se a teses avaliativas e descritivas, vinculadas a formação e revisão de crenças (Gonçalves-Segundo, 2025). Considerando, pois, o nível de análise local, examinado os argumentos, apresentamos as modalidades enunciativas descritas por Padilla, Douglas e López (2011). Vejamos o enunciado:

Primeiro que a mensagem é equivocada, nós falarmos que é proibido utilizar celular, nós estamos dizendo que o celular é uma ferramenta ruim, porque se proíbe aquilo que é ruim. Na realidade, o celular é uma ferramenta excelente pra várias coisas na nossa vida e nós sabemos disso.

Neste enunciado, é possível identificar a modalidade valorativa, que diz respeito à maneira como o enunciador se posiciona em relação ao próprio enunciado. Para isso, ele recorre a diferentes estratégias discursivas. No caso do reitor, a estratégia mais recorrente no enunciado é uso de adjetivos que trabalham de modo a expressar o valor daquilo que foi dito conforme o seu posicionamento diante da controvérsia. Diante disso, ele utiliza o adjetivo “equivocada” para se referir à proposta da proibição do uso do celular nas escolas brasileiras e os adjetivos “ruim” e “excelente” para se referir aos aparelhos eletrônicos que funcionam como modalizadores de valoração.

Esses termos, ao passo que qualificam a proposta da proibição do celular como algo negativo e o aparelho celular como algo positivo, delimitam os valores compartilhados por dois grupos distintos, ou seja, aqueles que defendem a sua proibição em oposição aos que são a favor da decisão do governo. Ainda na fala do reitor, a modalidade reforça o posicionamento que ele assume que vai contra a ideia da proibição em relação à questão argumentativa “Governo deve proibir celulares nas escolas?”, a qual é respondida partindo de outra questão que remete a ela: “a proposta do Ministério da Educação é boa?”, que já apresenta um adjetivo que qualifica a proposta do governo e influencia a resposta com o uso da modalidade valorativa, já que a partir dessa pergunta a proposta pode ser avaliada como boa ou ruim.

Vejamos mais um enunciado: “A questão que se tem é como seu usa o celular, o que que nós devemos orientar?”. Nesse enunciado, o reitor recorre à modalidade discursiva interrogativa, que, neste caso, funciona para anunciar uma possível contra-argumentação. Ao defender que a proposta do governo não é a mais adequada, pois o uso do celular em sala de aula pode trazer benefícios, ele direciona o discurso em favor de seu próprio posicionamento. Além disso, nota-se que o reitor assume o papel actancial do terceiro, daquele que questiona os posicionamentos do proponente e do oponente, pois a questão já não seria se o governo deve ou não proibir o uso de celulares, nem se a proposta do governo é boa ou não. Neste caso, se trata de como, ou melhor, quais orientações são necessárias para o uso dos celulares.

Outro enunciado: “O que nós precisamos fazer com urgência, e isso é importante mesmo, é você fazer o celular ser usado adequadamente, na hora correta”. Nesse último enunciado, o reitor apresenta a modalidade de necessidade em sua fala, modalidade esta que manifesta a postura do enunciador em relação aos critérios de necessidade, dever ou obrigação, além de estar acompanhada por adjetivos que

também irão dar valor e sentido ao que foi dito. No caso do trecho “precisamos fazer com urgência” ele não somente aponta para a necessidade de uma ação ser tomada, mas também para a qualidade ou condição em que deve ser realizada.

Antes de passarmos para a análise da fala do Fabiano de Abreu, é importante destacar como o rumo da questão foi sendo traçado a partir das colocações feitas anteriormente. Inicialmente o mediador lançou a pergunta se a proposta do governo era boa, após a resposta do reitor, o mediador passou a palavra para o PhD em neurociências, questionando “há um equívoco ou não?”. A pergunta está diretamente ligada à questão central e que será respondida, mas é interessante observar como ao longo da interação argumentativa algumas outras questões vão aparecendo e direcionando a discussão que parte de um ponto central e vai se expandindo conforme a interação acontece. Isso remete à resposta do reitor que inicia sua fala com “primeiro que a mensagem é equivocada” e como ele coloca outra questão que não diz respeito à proibição, mas sim ao uso dos celulares, leva o mediador a questionar se isso realmente seria o ponto.

Observamos que o PhD em neurociências, Fabiano de Abreu, também recorre a um raciocínio pragmático por consequências negativas, o mesmo utilizado pelo reitor, para apresentar seu argumento “não proibir o uso de celulares é negligenciar a saúde dos estudantes”, conforme ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3 – Esquema argumentativo pragmático instanciado no argumento do PhD Fabiano de Abreu

Argumento “não proibir o uso de celulares é negligenciar a saúde dos estudantes”	
Premissa de causa e efeito	Se o uso do celular não for proibido nas escolas, os alunos sofrerão danos à saúde e desenvolvimento (cognição, saúde mental, desenvolvimento social etc.)
Premissa de valor	Crianças e jovens sofrerem danos à saúde e desenvolvimento social e intelectual é indesejável.
Garantia (presunção de malefício)	Se os danos à saúde provocados pelo uso do celular são indesejáveis, então deve-se proibir o uso do celular.
Tese prescritiva	O uso do celular nas escolas deve ser proibido.

Fonte: Elaboração própria (com base em Gonçalves-Segundo, 2025, p. 187).

Fabiano emprega um raciocínio prático, que emerge como resposta a problemas concretos enfrentados por indivíduos que agem em circunstâncias específicas e buscam alcançar determinados objetivos. Nesse caso, o problema

identificado refere-se aos danos à saúde de crianças e jovens decorrentes do uso do celular. A finalidade principal de seu raciocínio é orientada pelo desejo, ou pela necessidade de promover uma ação apropriada, que, neste contexto, consiste na prevenção desses danos, por serem considerados indesejáveis. A conclusão de um raciocínio prático, portanto, diz respeito ao que se deve fazer ou ao que seria adequado fazer, à luz das circunstâncias e dos objetivos apresentados, o que, neste caso, corresponde à proibição do uso de celulares por crianças e adolescentes.

Vejamos o enunciado:

Antes tarde do nunca, então eu gosto dessa decisão, até porque aqui na Europa, na França tem a proibição e trouxe resultado. Estudos científicos já comprovaram que o uso deveria ser de duas horas por dia.

Neste primeiro enunciado da fala do Fabiano, três estratégias nos chamam a atenção: o argumento por exemplo, o argumento de autoridade e a modalidade apreciativa. Esta última modalidade aparece na fala quando o neurocientista deixa claro que gosta da decisão do governo, marcando os aspectos afetivos na relação entre enunciador e enunciado. O enunciador utiliza o argumento por exemplo diante de uma evidência, tomando a Europa como ponto de referência no que diz respeito à proibição do celular como o exemplo e seus resultados como prova ao mesmo tempo, em que apresenta esse lugar como uma autoridade que valida seu discurso.

Além disso, apresenta também “estudos científicos” como elementos que marcariam essa autoridade, que não depende necessariamente de evidências para ser comprovada. Nesse caso, isso nos leva a observar como tomar a Europa como modelo diz sobre o posicionamento do enunciador, já que ele também pode estar localizado em um lugar de autoridade: neurocientista apontando os problemas nos processos cognitivos de crianças e adolescentes que podem ocorrer devido ao uso dos celulares.

Segundo enunciado a analisar:

E a gente tá tendo um problema muito mais urgente no Brasil, porque o Brasil é o país mais ansioso do mundo, são dados da OMS, e é um dos maiores consumidores de rede social de celular do mundo. Então tem que tomar medidas mais drásticas no Brasil.

Neste enunciado, ao afirmar que o Brasil é o país mais ansioso do mundo, o enunciador recorre à modalidade assertiva e ao argumento de autoridade. Ao colocar em evidência sua convicção, Fabiano de Abreu parte do lugar de autoridade ao afirmar que os dados são da OMS (Organização Mundial de Saúde), o que reforça e

garante o valor e confiabilidade ao que está sendo dito. A modalidade de necessidade aparece quando ele aponta para a necessidade de tomar medidas mais drásticas no Brasil, manifestando e reforçando sua postura em relação aos critérios de necessidade, que acompanhado pelo adjetivo “drásticas” ganha ênfase e sugere a urgência para a questão.

Terceiro enunciado:

[...] o córtex pré-frontal, a região do cérebro relacionado à coerência, à lógica, à prevenção, ela termina de se formar, a depender do indivíduo, até os trinta anos de idade. Então uma criança, um jovem, ele não vai se conter, ele vai acabar entrando na rede social, claro a depender do indivíduo, da genética, mas a maioria vai acabar se rendendo à rede social. Então como é que vai controlar isso? Levando em consideração que os próprios pais também acabam incentivando, então a escola serve como a segunda opção de educação e deve sim não permitir o uso de celular.

No terceiro enunciado, nota-se principalmente o argumento de autoridade e a modalidade interrogativa. Aqui, o enunciador faz afirmações que deixam claro que sua fala se baseia em sua formação, ele é PhD em neurociências, e fica evidente que ele mesmo seria a autoridade nesse trecho, já que afirma com segurança que a criança ou o jovem não iria se conter e acabaria entrando nas redes sociais, além de trazer questões relacionadas à formação do córtex pré-frontal.

A modalidade interrogativa atua como um reforço de tudo o que foi dito, inclusive apresentando outra questão, que se refere ao controle ou limite do uso das redes sociais e aparelhos eletrônicos, caso a proibição não fosse aprovada. Isso parece devolver a questão ao reitor, que defende o uso a partir de uma orientação, a qual poderia ser compreendida como um controle do uso ou o uso adequado. O PhD ainda ressalta que “até os pais acabam incentivando”, ou seja, se os próprios pais permitem, como é que a escola poderia dar conta? Isso aponta para um possível desafio no que diz respeito ao controle nesse espaço que, além de estar fora do núcleo familiar, também é responsável pela educação das crianças e adolescentes.

## 2.2.2 Segundo turno argumentativo

Acompanhemos os enunciados:

**Mediador** - 4' 13" Agora, senhores, a escola conseguiria monitorar primeiro e depois conseguir fazer com que o uso do celular seria um uso correto? Professor Luiz Cláudio.

**Luiz Cláudio - 4' 24"** É, primeiro é isso, nós vamos trazer uma tensão desnecessária para a escola e eu acho que a escola é um lugar de cidadania, cidadania digital, nós discutirmos essas questões, o que que é cyberbullying, o que é ética da imagem, como é que eu devo usar o celular corretamente, não é? Se nós percebermos, que existe realmente, a gente sabe que tem um uso completamente inadequado, conteúdos inadequados, aonde é que nós vamos discutir isso? Evidentemente que na família e na escola, é esse o local da cidadania. Falar que o instrumento celular é ruim é um equívoco, ele não é ruim, a utilização do celular e aonde nós vamos aprender isso. Antigamente nós tínhamos diversas maneiras né de educação, hoje nós estamos numa sociedade completamente digital, eu vou me referir aqui é um artigo de 2024, ele foi publicado na Alemanha e que mostra que não existe diferença, fez um estudo agora recente, foi publicado na Education Science, que não existe diferença no aprendizado, diferença mínima na atenção, mas não existe isso. A UNESCO aponta que nós temos que ter muito cuidado com essa medida de proibir porque a mensagem é clara, quando você proíbe, você proíbe algo que é ruim e a pergunta "o celular é ruim?" não, o uso inadequado é ruim. Então nós precisamos discutir isso na escola, debater isso na escola, mostrar como é que se usa adequadamente, qual é a nova ética digital, como é que a ética das redes sociais, o que que é o bullying, nós precisamos rediscutir isso, e pra mim o lugar adequado é a escola, nós temos que, um dos locais adequados evidentemente, né? Nós precisamos fazer isso, a proibição em si é uma mensagem equivocada numa sociedade tecnológica que os jovens cada vez mais tecnológicos, nós estamos aí na era da inteligência artificial, não é? que a tecnologia precisa ser utilizada. Olha eu vivi isso com a calculadora, eu vivi esse momento que queria se proibir a calculadora, computador, e muito antes disso já acontecia. Eu acho que a tecnologia é extremamente importante, a tecnologia nada mais é, o que que ela faz é potencializar a intenção humana. Então nós temos que trabalhar com os jovens como é que usa adequadamente essa tecnologia, é uma das funções da escola né? E não proibir. Eu proíbo, e daí? Ele vai ver todo mundo utilizando fora da escola e na escola ele não utiliza. Repito, é necessário o uso adequado, mas não a proibição.

**Mediador 6' 41"** - Professor Fabiano.

**Fabiano de Abreu 6' 43"** - Eu compreendo o que o professor quer dizer em relação ao uso adequado, sim concordo, e principalmente a educação dentro de casa, mas tem um estudo por exemplo da Noruega, que desde 1970 o QI humano, a inteligência humana, vem diminuindo por causa do uso excessivo de televisão, mas isso acentuou gravemente após o uso do celular e uso excessivo de rede social. Eu tenho um estudo que eu fiz que tá publicado, foi publicado em 2018, que comprova que a sociedade, as crianças jovens estão ficando mais inteligentes com o uso excessivo do celular. Então tem uma outra questão também que é a própria violência e o roubo, porque se rouba muito o celular na rua, então a criança estaria correndo menos risco, o jovem também menos risco porque ele não precisaria usar o telefone na escola e levar o telefone, nem tem voltar com o telefone, então corre menos risco também de ser assaltado. Eu penso o seguinte, tem que se controlar como vai utilizar o celular, tem que ter uma educação parental dentro de casa? Sim, claro, mas existe muito tempo dentro de casa para usar o telefone, não precisa usar o telefone dentro da escola e dentro da escola você pode usar a

tecnologia com notebook ou aparelhos que possam fornecer. Aqui em Portugal, por exemplo, a escola pública dá notebook para todas as pessoas, todas as crianças e jovens e o notebook ele é restrito a apenas a uso para estudos e não para uso de rede social é só colocar sistema de bloqueio.

O segundo turno argumentativo começa com outra pergunta, agora a questão seria se a escola seria capaz de monitorar primeiro e depois fazer com que o uso do celular fosse feito da maneira correta, que pode ser interpretado como o uso em prol do aprendizado, por exemplo, num determinado período ou momento na escola.

O reitor, em sua resposta, voltou a utilizar argumentos e estratégias já apresentadas. A modalidade de necessidade que expressa a urgência de se discutir e colocar em prática o uso adequado dos celulares nas escolas, retoma também a ideia de equívoco no que diz respeito à proposta do governo e à qualificação do uso do celular como algo negativo, já que para ele se proíbe aquilo que é ruim, e o celular não é. Além disso, utiliza do argumento de autoridade quando cita um estudo publicado na *Education Science* na Alemanha e citando a UNESCO. Proibir na escola não faria sentido já que fora dela todo mundo utiliza o celular, como ele diz no início desta fala, seria levar uma tensão desnecessária à escola.

Por outro lado, Fabiano que começa dizendo que entende o reitor e até concorda com ele no que diz respeito ao uso adequado, reforça seu posicionamento a favor da proibição, apresentando também o argumento de autoridade, recorrendo a um estudo da Noruega, que mostra como a inteligência humana vem diminuindo pelo uso excessivo, ele utiliza esse adjetivo, da televisão e que tem se agravado pelo uso do celular. Ao mesmo tempo, afirma que tem um estudo que evidencia como crianças e adolescentes têm ficado mais inteligentes com o uso do celular, parecendo contraditório, mas fica esclarecido mais adiante quando ele defende que sim, o uso adequado voltado ao estudo. Ele ainda argumenta que nas escolas públicas em Portugal são disponibilizados notebooks para fins educativos, de estudo, utiliza novamente o argumento por exemplo, trazendo a realidade de um país europeu como modelo para evidenciar que lá essa medida tem funcionado.

### 2.2.3 Terceiro turno argumentativo

Veamos os enunciados que compõem o terceiro turno argumentativo do corpus da pesquisa:

**Mediador 8' 07"** Agora senhores, quando se trata de escola pública, por exemplo, aqui no Brasil também há várias escolas que utilizam celular, para fornecer material, as editoras, materiais para os alunos, né? E se tratando de escola pública, como é que poderia funcionar? Professor Luiz Cláudio.

**Luiz Cláudio 8' 24"** - É esse é um problema, veja, os nossos professores, hoje nós sabemos da importância do professor no Brasil e o quanto ele se dedica o quanto ele faz né, imagina agora ele vai ter que proibir, porque é diferente você proibir de você controlar o uso. Eu conheço vários professores que utilizam o celular, utilizam a can Academy, só para citar um exemplo, que ajuda demais os estudantes no celular, que nem todo mundo tem um laptop nem toda escola vai poder dar um laptop, nós vivemos isso no Brasil nós sabemos a discrepância que nós temos de inclusão digital no nosso país. O celular hoje quase todo mundo tem ele pode ser usado academicamente de forma extremamente positiva, não é? Nós podemos aproveitar esse momento que nós perdemos na pandemia, tá, porque nós vimos o quanto o celular foi importante na pandemia que vários estudantes não tinham os seus outros devices o que ele tinha era o celular ele não tinha o notebook não tinha nada e ele ajudou a amenizar reduzir os impactos. Nós perdemos aquele momento de fazer essa grande discussão de mostrar como é que se usa isso adequadamente. E nós vamos levar pros nossos quase 50 milhões de estudantes da Educação Básica, 2 milhões de professores que estão aí, essa pressão vai ter que controlar vai ter que checar o bolso, vai ter que todo mundo colocar na entrada, vários países fazem isso tem cerca de mais de 12 países do mundo que fazem isso, e eu repito, cientificamente nenhum deles mostrou melhora nem um nem outro né. Tem que ter os cuidados, eu acho que nós precisamos sim, a discussão é boa, por isso que eu gosto da discussão, a discussão é extremamente positiva, mas eu acho que simplesmente fazer algo proibindo que você não pode mais utilizar o celular, que que nós vamos fazer com o nosso jovem? quem vai falar com ele sobre cidadania digital? quem vai falar com ele sobre a ética das redes sociais? quem vai falar com ele sobre o bullying? como é que nós vamos discutir o uso disso pedagógico? Isso vai ficar perdido simplesmente numa proibição que a minha impressão não vai funcionar por diversas razões e não vai resolver o que nós queremos eu acho que todos nós queremos a mesma coisa, não é o problema é a fórmula, faça um decreto proibindo e eu creio que tecnologia você não proíbe, tecnologia você ensina utilizar eticamente, você ensina essa nova juventude completamente digital a fazer uso adequado. Que o celular é extremamente positivo em todo sentido até pra segurança dos pais, você imagina o pai quer falar com e não pode mais porque não vai poder, claro que tem que ser o uso adequado, mas é preciso nós refletirmos sobre isso de nós fazermos a inclusão digital, discutimos a ética digital, a cidadania digital no momento que nós estamos vivendo.

**Mediador 10' 50"** - Professor Fabiano, sua opinião.

**Fabiano de Abreu 10' 53"** - Se adapta, eu vou usar dois estudos de caso, meu enteado e minha filha, minha filha de um outro casamento veio morar em Portugal ano passado e foi acostumada a usar o celular, o meu enteado 14 anos de idade, minha filha também 14 anos. Meu enteado nunca teve um celular ele disputa entre

os melhores alunos da turma só tira boas notas, a cognição dele tá muito bem. A minha filha já tem aqueles, aqueles comportamentos já com maior déficit de atenção, né, aqueles comportamentos típicos de pessoas que usam bastante o telefone e eu tirei o telefone dela, e até teve um argumento do tipo “ah mas se acontecer alguma coisa na rua ou precisar ligar” essas coisas falei não tem problema vou, comprar o walk talk, eu comprei o walk talk, eles vão usar o walk talk, passo o rádio se acontecer alguma coisa, porque eu defendo, não somente eu, mas cientistas, vários de Harvard, por exemplo, não dão telefone, só quando completar a idade da faculdade, pronto aí vai ter o telefone, que você acostuma. Se você perguntar ao meu enteado se ele sente falta ele fala que eu não sei, eu nunca tive o telefone, minha vida é mais maravilhosa. Ele tem o tempo dele aqui em casa com videogame, com jogos, uma vida normal, mas ele não precisa do telefone, não foi acostumado com isso. É como minha filha que nunca tomou refrigerante e hoje com 14 anos ela não gosta de tomar nada com gás, porque ela não foi acostumada com refrigerante. Então isso é uma questão de educação, se nós educarmos desde antes desde sempre não utilizando em excesso ela a pessoa não vai sentir falta, e mais, o meu enteado de 14 anos publicou um artigo científico, é um menino bastante inteligente usa tecnologia e muito bem acabou de fazer um jogo, por exemplo, usando programação e não precisou de celular para isso.

Neste último turno, o mediador toma a questão das escolas questionando a situação para as escolas públicas do Brasil, trazendo o debate para a realidade do país. O reitor inicia apontando a discrepância em relação à inclusão digital no país, que pode ser compreendido principalmente como a falta de recursos digitais nas escolas e do acesso de muitos alunos que não possuem aparelho celular. Luiz Cláudio enfatiza que das experiências da proibição em escolas em 12 países, nenhum apontou cientificamente resultado, ou seja, para ele a proibição não mudaria nada, mas uso adequado, sim, e repete a importância do uso nas escolas para abordar as temáticas já citadas, como cidadania digital, ética digital, bullying, etc. Ele ainda aponta que fazer isso também seria colocar uma pressão nos professores e na própria escola que precisaria verificar cada aluno e realizar esse controle.

O reitor até aponta que o celular pode ser importante para a segurança, se o pai ou mãe quiser, ou precisar falar com o filho(a), ao contrário do Fabiano que no segundo turno destacou o perigo do roubo de celulares que esses jovens poderiam correr se levassem com o aparelho celular. Para ele, proibir resultaria na ausência da discussão sobre as temáticas apontadas por ele nesta e nas outras falas, possivelmente acarretando outros problemas, o que é indesejável, portanto, a proibição não deve ocorrer. Já Fabiano parte com uma estratégia utilizando o

argumento por exemplo, que neste caso, é um exemplo pessoal, comparando sua filha e seu enteado e suas respectivas relações com a tecnologia.

Os principais argumentos que sustentam esses exemplos estão relacionados ao desempenho cognitivo de sua filha que “já tem aqueles comportamentos” se referindo a um déficit de atenção, em contraste com seu enteado que tendo 14 anos, ele parece dar ênfase a idade, já publicou um artigo, é um menino bastante inteligente e fez um jogo utilizando programação, sem utilizar o celular. Outro ponto que chama atenção é o uso do argumento de autoridade quando diz “porque eu defendo, não somente eu, mas cientistas, vários de Harvard” apontando para a relevância do posicionamento que é validado não só porque ele diz, mas porque pesquisadores de uma universidade que apresenta renome e prestígio.

### 3 Discussão dos dados

Como resultados do trabalho é possível destacar os principais pontos que foram sendo apresentados ao longo das análises. Primeiro, a interação inicia com um díptico argumentativo conceituado como a forma argumentativa de base, composta por dois monólogos justapostos e contraditórios que não se aludem um ao outro (Damasceno-Morais, 2023). É a partir da constituição de dois discursos antagonistas que surge um díptico inicial, ou seja, uma oposição de pontos de vista, que neste caso se configura a partir da oposição entre o posicionamento do reitor e do PhD em neurociências diante da proposta do governo de proibir o uso dos celulares nas escolas.

Se por um lado, um defende que a proibição é um equívoco, o outro acredita que essa seja a solução para lidar com as consequências negativas do uso do aparelho entre crianças e jovens. É importante destacar que, ainda que no segundo turno pareça existir um breve consenso ou negociação entre os participantes, pois Fabiano aponta que concorda com o reitor no que diz respeito ao monitoramento para um uso adequado do aparelho celular, o que importa neste caso é que inicialmente ambos apresentam visões antagônicas, e é neste lugar que segundo Plantin (2008) se inicia a interação argumentativa, a partir da interação entre dois discursos distintos, não somente vozes distintas.

Assim, o díptico argumentativo representa a materialização inicial do desacordo, a partir do qual se pode desenvolver uma discussão argumentativa mais complexa. O segundo ponto a ser destacado é voltado à questão argumentativa e às

subquestões que são colocadas ao passo que a interação se desenvolve. A questão argumentativa pode ser compreendida como ponto de partida na interação, é a partir da questão que os interactantes irão buscar respondê-la. No caso da questão argumentativa do debate analisado, trata-se de uma questão fechada que levaria os participantes da interação a respostas como “sim” ou “não” (Gonçalves-Segundo, 2025), sendo a questão: governo deve proibir o uso dos celulares? Essa questão também dá título ao vídeo, mas é importante observar como no debate o mediador modaliza a questão, acrescentando: a proposta do Ministério da Educação é boa? Adolescentes não devem utilizar o celular em sala de aula?

Nesse contexto, apresentamos as subquestões (Gonçalves-Segundo, 2025) sendo também denominadas questões argumentativas subordinadas. Elas representam um conflito de opinião localizado que emerge de uma discussão mais ampla, que neste caso se refere à questão argumentativa inicial (governo deve proibir o uso dos celulares?). As subquestões surgem, em particular, quando ocorre uma refutação interna de uma premissa ou da garantia da fundamentação de um argumento principal, o que, no caso do debate analisado, ocorre nas mudanças de turno. Ao ser formulada, uma subquestão visa a defesa de uma tese subordinada alternativa (ou subtese).

Em uma controvérsia, é comum que uma série de questões subsidiárias (sinônimo de subquestões) surjam, tornando o debate complexo e multifacetado, quando propostas são introduzidas no ambiente do debate público, cada uma delas pode se tornar objeto de uma disputa dialética, dando origem a subquestões que preveem respostas polarizadas e/ou condicionadas. Essas questões específicas tornam-se objeto de debate público devido às suas consequências significativas para o funcionamento de um determinado setor, neste caso, a educação, ou também, os impactos para a saúde e desenvolvimento das crianças e adolescentes.

A interação que inicia com uma questão argumentativa “governo deve proibir o uso dos celulares?” Passa a ser explorada a partir de uma subquestão “a proposta é boa e se os adolescentes não devem utilizar o celular?”. Na mudança para o segundo turno a questão passa a ser o monitoramento e o uso adequado do celular por crianças e jovens nas escolas, ou seja, se as escolas conseguiriam realizar esse controle. Por fim, já no terceiro turno, a discussão envolve a questão sobre políticas públicas no que tange a disponibilização de materiais a partir do uso dessa tecnologia dos aparelhos celulares em escolas brasileiras.

O último ponto a ser destacado parte desta ideia que acabamos de apontar, apesar do debate apresentar essas subquestões, os participantes utilizam das mesmas estratégias durante quase toda a interação, a exemplo do uso do argumento de autoridade, do argumento por exemplo e da modalidade do enunciado de necessidade (Padilla, Douglas e López, 2011) em torno de um raciocínio pragmático por consequência negativa, os participantes da interação não apresentam mudança em seus pontos de vista, apesar de uma negociação aparecer quase que brevemente no segundo turno, não sendo levada à frente. Os usos dessas estratégias argumentativas contribuem para podermos identificar e compreender os valores compartilhados pelos participantes do debate e que estão em jogo na interação argumentativa.

## Considerações finais

As análises demonstraram que os contextos sócio-históricos e os papéis dos participantes influenciam significativamente a dinâmica argumentativa do debate sobre o uso de celulares em escolas, moldando tanto os pontos de vista quanto a construção e interpretação dos argumentos. O debate se desenvolve a partir de uma questão central e envolve diferentes turnos, nos quais se observam posições antagônicas. Os papéis do reitor, Luiz Cláudio, e do PhD, Fabiano de Abreu, educador institucional e especialista em neurociência, respectivamente, condicionam as estratégias utilizadas, como o argumento de autoridade, o argumento por exemplo e a modalidade de necessidade, além de orientar a emergência de subquestões, como o monitoramento do uso ou a viabilidade de políticas públicas.

O contexto sócio-histórico, marcado pelo debate público sobre educação, tecnologia e saúde infantil, também influencia a percepção da relevância das consequências das posições adotadas. Questões sobre controle do uso, impactos pedagógicos e riscos à saúde ganham significado em função das preocupações sociais contemporâneas. Mesmo diante de possíveis consensos, como o uso supervisionado, os participantes mantêm suas posições, evidenciando que contextos e papéis conferem consistência às estratégias argumentativas e revelam os valores em disputa. Portanto, os papéis dos participantes e os contextos sócio-históricos estruturam a apresentação dos argumentos e a sequência de questões e subquestões, influenciando diretamente a construção do debate e a manutenção das posições antagônicas ao longo dos turnos.

Concluimos que este estudo se mostrou proveitoso no que tange os estudos da argumentação. As análises apresentadas revelam a importância da continuação nessas pesquisas que contribuem tanto no debate social, já que se trata de uma temática que têm circulado nas mídias e que têm se apresentado como temática de relevância para a área da educação, sendo o debate dividido principalmente pelos posicionamentos apresentados na análise, a importância do trabalho com a tecnologia e seu uso adequado em contraste com os problemas que podem ser acarretados devido ao uso de celulares por crianças e adolescentes e as possíveis problemáticas que envolvem a questão do monitoramento desses usos. A perspectiva interacional da argumentação (Plantin, 2008; Grácio, 2011; Damasceno-Morais, 2023) fundamentou a pesquisa a partir da noção de que a argumentação acontece ao longo da interação que parte de uma questão argumentativa.

A perspectiva da argumentação prática (Gonçalves-Segundo, 2025) também foi importante no processo de análise e identificação dos raciocínios apresentados pelos participantes da interação, nos levando a identificar as teses prescritivas que respondem à questão argumentativa do debate: não, o governo não deve proibir o uso dos celulares X sim, o governo deve proibir o uso dos celulares. Para tornar as análises ainda mais completa, o modelo integrador de Padilla, Douglas e López (2011) desempenhou papel fundamental com a proposta dos três níveis: pragmático, global e local, contribuindo para uma análise mais profunda do contexto em que o debate foi realizado, as estruturas dos argumentos e as estratégias discursivas utilizadas por eles.

Por fim, esperamos que esta pesquisa tenha sido uma dentre outras que explorou a temática, viabilizando futuras investigações que se possam se debruçar sobre outros aspectos que constituem a interação argumentativa, sobretudo no que diz respeito à controvérsia da proibição do uso do celular em escolas brasileiras, visando não somente atualizar o debate, mas também contribuir na compreensão acerca dos valores compartilhados pelos grupos que defendem ou reprovam a decisão a fim de também compreender o funcionamento da discussão no âmbito social.

## Referências

DAMASCENO-MORAIS, Rubens. A argumentação segundo o modelo dialogal de Christian Plantin. In: PIRIS, Eduardo Lopes; GRÁCIO, Rui Alexandre (orgs.). **Introdução às teorias da argumentação**. Campinas: Pontes, 2023. p. 355-391.

GONÇALVES-SEGUNDO, Paulo Roberto. **Argumentação prática: teoria, método e análise.** Pontes: Campinas, 2025

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRÁCIO, Rui Alexandre. Do discurso argumentado à interação argumentativa. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 117-128, 2011.

PADILLA, Constanza; DOUGLAS, Silvia; LÓPEZ, Esther. **Yo argumento: taller de prácticas de comprensión y producción de textos argumentativos.** Córdoba: Comunicarte, 2011.

PLANTIN, Christian. **A argumentação: história, teorias, perspectivas.** Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2008.